

Informe

informe@ofluminense.com.br

Base na Antártica será reinaugurada hoje

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, reinaugura nesta quarta-feira a Estação Comandante Ferraz, base de pesquisa do Brasil na Antártica. O mau tempo impediu a chegada de Mourão e das autoridades que vão participar da cerimônia, inicialmente prevista para ontem, às 17h. A informação foi confirmada pela Marinha. O novo prédio, que fica na ilha Rei George, na Baía do Almirantado, foi erguido ao lado da atual base, que tem estrutura provisória. A Estação Comandante Ferraz foi criada em 1984, mas em 2012 sofreu um incêndio de grandes proporções. Na ocasião, dois militares morreram e 70% das suas instalações foram perdidas. O governo federal investiu cerca de US\$ 100 milhões na obra, e a unidade recebeu os equipamentos mais avançados do mundo. No local, pesquisadores vão realizar estudos nas áreas de biologia, oceanografia, glaciologia, meteorologia e antropologia.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro

Fundo Nacional Antidrogas

O total de dinheiro arrecadado para o Fundo Nacional Antidrogas (Funad) mais que dobrou em 2019, em comparação com 2018. A informação foi divulgada ontem pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Em publicação na sua conta no Twitter, Moro comemorou o aumento da arrecadação, que saltou de R\$ 44,6 mil, em 2018, para R\$ 91,7 mil em 2019 – ano em que foi sancionada a Lei 13.886, que agiliza a alienação e a destinação dos bens apreendidos ou sequestrados de pessoas condenadas por envolvimento com o narcotráfico.

EUA alertam turistas sobre Brasil

O Departamento de Estado dos Estados Unidos elevou o nível de alerta para turistas que viajam para o Brasil e para aqueles que visitam determinadas áreas, como favelas, áreas de fronteira e algumas regiões administrativas do Distrito Federal. A medida foi tomada devido ao aumento do risco de crimes. De acordo com as recomendações de viagem divulgadas ontem, o alerta de segurança para o Brasil é nível 2, em que é recomendado aumentar cautela. Os níveis vão de 1 a 4. No caso das áreas especificadas, o nível sobe para 4, em que o governo norte-americano não recomenda a viagem. Funcionários do governo dos Estados Unidos também só podem visitar esses locais com autorização prévia.

Brasil e Catar sem exigência de visto

O acordo entre o Brasil e Catar que acaba com a exigência de visto para portadores de passaportes dos dois países foi publicado no Diário Oficial da União desta terça-feira (14). O documento foi assinado durante a visita do presidente Jair Bolsonaro ao país, em outubro do ano passado, durante cerimônia no Palácio Real, em Doha, onde o presidente brasileiro foi recebido pelo emir do Catar, Xequie Tamin Bin Hamad Al Thanil. Com a medida, os cidadãos brasileiros e do Catar, com passaporte comum válido por um período mínimo de seis meses, podem visitar os dois países, sem necessidade de visto, para fins de turismo, trânsito ou negócios.

Vírus mortal na China

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou, nesta terça-feira, um plano para preparar os hospitais de todo o mundo para um novo vírus que já contagiou dezenas de pessoas na China, provocando uma morte. O anúncio foi feito depois que uma pessoa fora da China foi diagnosticada com o mesmo vírus misterioso. “Estamos nos preparando para a hipótese de contágios em massa. Por isso, estão sendo tomadas medidas de prevenção e controle de infecções para que todos os hospitais do mundo apliquem as precauções habituais”, informou a diretora interina do Departamento de Doenças Emergentes da OMS, Maria Van Kerkhove.

CURTAS

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo cassou sete médicos por assédio sexual entre outubro de 2018 e setembro de 2019. Ao todo, o conselho determinou a perda de registro profissional de 17 denunciados no período. No período anterior, relativo aos anos 2017/2018, a punição máxima por infrações

ético-profissionais foi aplicada a nove médicos no estado, sendo que nenhum era acusado de assédio.

O Hemorio faz um apelo à população do Rio de Janeiro para doar sangue a fim de evitar a baixa no estoque, principalmente nesse período de férias escolares, quando a média de queda é de 20%.

Bolsonaro eleva salário mínimo para R\$ 1.045

Reajuste sancionado pelo presidente se deve à inflação mais alta em 2019

Valter Campanato/Agência Brasil



O presidente Jair Bolsonaro fala à imprensa no Ministério da Economia

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciaram na tarde desta terça (14), em Brasília, que o salário mínimo de 2020 será elevado de R\$ 1.039 para R\$ 1.045. Uma medida provisória (MP) editada pelo presidente para oficializar o aumento.

“Nós tivemos uma inflação atípica em dezembro, a gente não esperava que fosse tão alta assim, mas foi em virtude, basicamente, da carne, e tínhamos que fazer com que o valor do salário mínimo fosse mantido, então ele passa, via medida provisória, de R\$ 1.039 para R\$ 1.045, a partir de 1º de fevereiro”, afirmou Bolsonaro no Ministério da Economia, ao lado de Guedes. Presidente e ministro se reuniram duas vezes ao longo do dia para debaterem o assunto.

No final do ano passado, o governo editou uma MP com um reajuste de 4,1% no mínimo, que passou de R\$ 998 para R\$ 1.039. O valor correspondia à estimativa do mercado financeiro para a inflação de 2019, segundo o Índice Nacional do Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, o valor do INPC acabou fechando o ano com uma alta superior, de 4,48%, anunciada na semana passada

e, com isso, deixou o novo valor do mínimo abaixo da inflação. Por lei, esse é o índice usado para o reajuste do salário mínimo, embora a inflação oficial seja a medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou o ano de 2019 em 4,31%.

“Nós vamos ter que achar os recursos para fazer isso, mas o mais importante é o espírito que o presidente defendeu, da

carta constitucional, que é a preservação do poder de compra do salário mínimo”, afirmou Paulo Guedes. Segundo o ministro, com o novo aumento, o impacto nas contas públicas será de cerca de R\$ 2,3 bilhões, que poderão ser compensados com uma arrecadação extra prevista pelo governo de R\$ 8 bilhões.

“Nós já temos, eu prefiro não falar da natureza do ganho,

que vai ser anunciado possivelmente em mais uma semana, nós já vamos arrecadar mais R\$ 8 bilhões. Não é aumento de imposto, não é nada disso. São fontes que estamos procurando, nós vamos anunciar R\$ 8 bilhões que vão aparecer, de forma que esse aumento de R\$ 2,3 bilhões vai caber no orçamento”, informou o ministro. Ainda segundo ele, caso não seja possível cobrir o aumento de gasto no orçamento para custear o valor do mínimo, o governo não descarta algum contingenciamento.

Até o ano passado, a política de reajuste do salário mínimo, aprovada em lei, previa uma correção pela inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país). Esse modelo vigorou entre 2011 e 2019. Porém, nem sempre houve aumento real nesse período porque o PIB do país, em 2015 e 2016, registrou retração, com queda de 7% nos acumulado desses dois anos.

O governo estima que, para cada aumento de R\$ 1 no salário mínimo, as despesas elevam-se em R\$ 355,5 milhões, principalmente por causa do pagamento de benefícios da Previdência Social, do abono salarial e do seguro-desemprego, todos atrelados ao mínimo. ■

Sete mil militares vão reforçar o atendimento no INSS

Expectativa é acabar com processos em atraso até o fim de setembro

O governo pretende contratar temporariamente cerca de 7 mil militares da reserva para reforçar o atendimento nas agências do INSS e reduzir o estoque de pedidos de benefícios em atraso. O anúncio foi feito nesta terça (14) pelo secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, que prometeu que o estoque de processos acumulados caia para próximo de zero até o fim de setembro.

A contratação dos militares será voluntária. Eles serão treinados em fevereiro e em março, devendo começar a trabalhar nos postos em abril, recebendo adicional de 30% na reserva remunerada. Segundo Marinho, a medida custará R\$ 14,5 milhões por mês ao governo, mas ele disse que o custo deve ser compensado pela diminuição da correção monetária paga nos benefícios concedidos além do prazo máximo de 45 dias depois do pedido. Paralelamente, entre

2,1 mil e 2,5 mil funcionários do INSS que hoje trabalham no atendimento presencial serão remanejados para reforçar a análise dos processos.

Outras medidas - De acordo com Marinho, até o fim da semana será publicado decreto do presidente Jair Bolsonaro com as medidas. Ele anunciou ainda que para diminuir o atraso, o governo dará prioridade às perícias médicas dos cerca de 1,5 mil funcionários do INSS afastados por problemas de saúde. Segundo o secretário, a expectativa é que cerca de dois terços dos servidores (cerca de 1 mil funcionários) voltem ao trabalho nos próximos meses.

Além disso, uma portaria do presidente do INSS restringirá a cessão de funcionários para outros órgãos. Atualmente, o INSS tem cerca de 200 funcionários cedidos.

O INSS também pretende ampliar os convênios com o setor privado para que o setor de recursos humanos

de empresas formalizem os pedidos de aposentadoria. Atualmente, fundos de pensão de grandes empresas encaminhavam conjuntamente ao INSS os documentos exigidos dos empregadores, acelerando os processos. O governo quer estender o modelo a mais empregadores.

Simplificação - O decreto a ser editado também simplificará a tramitação dos pedidos de benefícios. O INSS passará a aceitar certidões antigas. O órgão vai verificar as súmulas administrativas em que o INSS foi vencido no Judiciário para deixar de recorrer dos pedidos dos benefícios em situações já pacificadas pela Justiça. O INSS também deixará de exigir a demonstração do vínculo quando o empregado e o empregador contribuam atualmente para a Previdência Social. Segundo Marinho, a medida acelerará principalmente a aposentadoria de empregados domésticos.

Segundo Marinho, desde meados do ano passado, o governo está reduzindo o estoque de processos empocados no INSS. O número de pedidos de benefício com mais de 45 dias de atraso caiu de 2,3 milhões em julho do ano passado para 1,3 milhão atualmente. Nos últimos cinco meses, o governo tem conseguido diminuir o empocamento em 67 mil e 68 mil processos por mês.

Caso esse ritmo continuasse, o estoque de processos em atraso só seria zerado em 16 ou 17 meses, nas estimativas de Marinho. Com as medidas anunciadas, o secretário disse que a redução nos processos em atraso deverá saltar para 160 mil por mês, permitindo a redução a quase zero dos pedidos com mais de 45 dias de atraso até o fim de setembro. Apenas os processos em que o INSS discorda da concessão do benefício, com falta de documento ou que dependem da Justiça continuariam em atraso. ■

Novos valores dos benefícios do INSS são publicados no DO

Portaria traz reajuste de 4,48%, com o teto passando a ser de R\$ 6.101,06

Os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) serão reajustados em 4,48%, com validade a partir de 1º de janeiro deste ano. Com o novo percentual de reajuste, o salário de benefício e o salário de contribuição não poderão ser inferiores a R\$ 1.039,00, nem superiores a R\$ 6.101,06.

A Portaria nº 914, de 13 de janeiro de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que determina o novo percentual de reajuste, está publicada na edição desta terça-feira (14) do Diário Oficial da União.

Com o novo percentual, não terão valores inferiores a

Benefícios não poderão ser inferiores a R\$ 1.039,00, nem superiores a R\$ 6.101,06

R\$ 1.039,00 os benefícios de prestação continuada pagos pelo INSS correspondentes a aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte; de aposentadorias dos aeronautas, concedidas com base na Lei nº 3.501, de 21 de

dezembro de 1958; e de pensão especial paga às vítimas da síndrome da talidomida.

O auxílio-reclusão, por exemplo, a partir de 1º de janeiro de 2020, “será devido aos dependentes do segurado cujo salário de contribuição seja igual ou inferior a R\$ 1.425,56, independentemente da quantidade de contratos e de atividades exercidas”.

Com relação ao valor da cota do salário-família por filho até 14 anos de idade, ou inválido de qualquer idade, é de R\$ 48,62 para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 1.425,56. ■

Minas: 17 com síndrome

Ao menos 17 pessoas já foram internadas em hospitais de Minas Gerais com sintomas da síndrome neufroneur, que a Polícia Civil atribui ao consumo da cerveja pilsen Belorizontina, da Backer.

A informação foi confirmada na noite desta segunda-feira (13), pela Secretaria de Saúde de Minas Gerais. Segundo a pasta, contudo, 13 dos 17 casos suspeitos de intoxicação por uma substância utilizada em sistemas de refrigeração devido a suas propriedades anticongelantes, o dietilenoglicol, ainda continuam sob investigação. ■